

## Carta de Compromisso

Nos dias 27 a 28 de setembro, reunimos 66 participantes de 33 organizações (representantes da sociedade civil, governo, entidades bancárias e financiadores) durante o **Seminário Políticas Públicas para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF), em Belém (PA)**. O evento teve o objetivo de debater as bases para consolidação da Política Estadual do MFCF no Estado do Pará, a partir da discussão desenvolvida pela sociedade civil.

As instituições mostraram-se preocupadas com os impactos socioambientais e econômicos do uso predatório das florestas no Estado, que inserem madeira ilegalmente no mercado sem o bom manejo da floresta.

A atividade florestal do Estado do Pará sempre esteve entre aquelas de maior importância econômica da Amazônia, respondendo por 50% do volume de madeira em tora consumido anualmente. Em 2014, a produção de madeira em tora no Estado foi de, aproximadamente, 4,6 milhões de metros cúbicos, gerando uma renda estimada em R\$ 1,1 bilhão.

Muito dessa produção é oriunda de florestas comunitárias (p.ex. áreas de assentamentos, unidades de conservação e territórios quilombolas). Estimativas do Imazon apresentam que cerca de 1/3 do volume atual de madeira em tora produzido no Estado tem origem em territórios comunitários. Com isso, as comunidades têm participado direta e indiretamente da cadeia da madeira e se constituem como ator fundamental para a conservação e valorização de ativos florestais.

Diante deste cenário de importância das florestas de territórios comunitários para o manejo florestal no Estado, em 2012, o Grupo de Trabalho da Política Estadual do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PEMFCF), coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLORBio em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), realizaram um processo de discussão e elaboração de uma proposta de estruturação de uma Agenda Estadual de MFCF. Esse processo foi realizado por meio de uma série de oficinas, entre os meses de setembro de 2012 e maio de 2013.

A dinâmica de realização das oficinas para a construção da PEMFCF ocorreu em seis diferentes regiões do Estado do Pará, envolvendo um amplo processo participativo de discussão com diferentes públicos, conforme as especificidades de cada região, no total de 488 pessoas participantes dentre eles: produtores familiares,



representantes das instituições públicas (municipais, estaduais e federais; de ensino, pesquisa, extensão; institutos, secretarias e procuradorias) e representantes de ONGs.

Entre 2015 e 2016 essa articulação é retomada através do “Seminário Estadual: Novos rumos para a construção da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar”, que teve como intuito resgatar o protagonismo da sociedade civil na discussão do assunto; e por meio da realização de duas Oficinas de Trabalho “Debatendo estratégias para o fortalecimento do MFCF”, em Santarém e Portel, com o intuito de resgatar e atualizar o documento com as diretrizes da PEMFCF, bem como identificar temas prioritários para a consolidação de uma Agenda Mínima para o fortalecimento do MFCF no estado do Pará.

Durante o presente Seminário, as lideranças comunitárias relataram impactos socioambientais em seus territórios: (i) Almeirim - Os Agricultores da região do Distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, informaram que sofrem dificuldades em acessar créditos do Banco da Amazônia (BASA), e que tal crédito só é liberado mediante anuência da empresa Jari. (ii) Cachoeira do Arari - Os comunitários quilombolas denunciaram a invasão das áreas de açaí nativo inseridas no Território Quilombola de Gurupá. A invasão é organizada com apoio de um fazendeiro local. Os quilombolas relataram a ocorrência de um conflito armado na data de 23/09/16, onde um quilombola foi alvejado por um projétil de arma de fogo. Portanto, denunciaram a falta de regularização fundiária e de proteção ao território. (iii) Juruti - Foi informada a invasão da área do Centro de Treinamento Florestal do IdeflorBio por madeireiros e ocupantes ilegais, e que mesmo alertando as autoridades locais não houve efetiva ação para proteção da área.

Pelas razões apresentadas acima, consideramos primordial **PACTUAR** com as entidades a implementação de uma Agenda Mínima, construída no âmbito do Seminário e que será endereçada aos órgãos competentes, apresentada a seguir:



## AGENDA MÍNIMA

### Políticas Públicas para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar

AÇÃO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL
<p><b>1. Realizar uma reunião específica da COMEF</b> para discutir: (i) Lançamento de um edital do FUNDEFLOM voltado para o MFCF e (ii) a formulação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; (iii) Preço mínimo da madeira a partir da realidade comunitária.</p>	<p>IDEFLORBio</p>
<p><b>2. Consolidar uma Ouvidoria para denúncia</b>, nos órgãos responsáveis, específica para implementação de planos de manejos florestais comunitários.</p>	<p>SEMAS, IDEFLORBio, ICMBIO, IBAMA, INCRA e ITERPA, MPE.</p>
<p><b>3. Educação e Formação:</b> Multiplicar e apoiar as experiências (educação de alternância, parceria entre Institutos Federais (IFs) e Casas Familiares Rurais (CFRs); Escolas Técnicas Estaduais, Centro de Treinamento Territorial).</p>	<p>SEDUC, IFPA, UFPA, IDEFLORBio</p>
<p><b>4. Garantir a constituição de Espaços de Diálogos</b> para discutir políticas atuantes nos territórios (agrária, fundiária e ambiental).</p>	<p>SEMAS, IDEFLORBio, ICMBIO, IBAMA, INCRA e ITERPA, MPE.</p>
<p><b>5. Garantir assessoria jurídica</b> para questões fundiárias e ambientais às comunidades rurais (Elementos que garantam contratos justos entre empresas e grupos sociais rurais para o MFCF).</p>	<p>SEMAS, IDERFLORBIO, MPE, MPF</p>
<p><b>6. Garantir a integridade socioambiental</b> das áreas Território Quilombola de Gurupá (Cachoeira do Arari/PA) e do Centro de Treinamento Florestal (Juruti/PA), considerando as denúncias de exploração ilegal de madeira ocorridas na região.</p>	<p>IDEFLOR, SEMAS, MPE</p>



## **ASSINAM ESTA CARTA AS INSTITUIÇÕES AQUI APRESENTADAS**

1. ACAMP (Associação Comunitária Agroextrativista de desenvolvimento Rural do Médio rio Pacajá);
2. ACOGLEC (Associação Comunitária da Gleba Cumucuri);
3. AMOREMA (Associação Mãe Resex Mapuá);
4. APPM2 (Associação do Pequenos Produtores Moju 2);
5. APROMOVA (Associação dos Trabalhadores Rurais Extrativistas Hortifrutigranjeiro da Comunidade Morada Nova do Jarí);
6. ASCESRA (Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum);
7. ASMIPP (Associação dos Minis e Pequenos Produtores Rurais e Extrativista da Comunidade Repartimento dos Pilões);
8. ASMOGA (Associação dos Moradores da Gleba Acutipereira);
9. ASMOGAC (Associação dos moradores da Gleba Acangatá);
10. ASMOSAM (Associação dos Moradores Santa Maria);
11. ATAA (Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Rio Acutipereira);
12. BASA (Banco da Amazônia);
13. CDS (Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz);
14. CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas);
15. COOMFLONA (Cooperativa Mista da Flona do Tapajós);
16. COPAF (Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicas e Florestais);
17. EMBRAPA Amazonia Oriental (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);

18. FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação);
19. ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade);
20. IDEFLORBIO (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará);
21. IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil);
22. IFT (Instituto Floresta Tropical);
23. Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola);
24. Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia);
25. INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária);
26. INDESAM (Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia);
27. IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia);
28. MPE - PA (Ministério Público do Estado do Pará);
29. REMAR (Rede de Mulheres Ribeirinhas do Marajó);
30. RICA (Rede Intercomunitária Almeirim em Ação);
31. SEMAS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade);
32. STTR – Itaituba (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba);
33. UFPA (Universidade Federal do Pará)